

4. Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos-IULCLG .....	Cz\$ 1.981.125.000,00
5. Cota-Parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica-IEUE .....	Cz\$ 7.862.184.000,00
6. Cota-Parte do Imposto Único sobre Minerais-IUM .....	Cz\$ 1.100.000.000,00
7. Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação .....	Cz\$ 17.872.866.000,00

#### OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Classificam-se sob este título as Receitas provenientes de multas e juros de mora, indenizações e Restituições, Receitas da Dívida Ativa, Receitas Diversas e Receitas Próprias de Fundos Especiais.

Dentre os valores integrantes desta Fonte, a parcela de Cz\$ 8.936.120.125 resulta da soma de sublinhas pertencentes ao Imposto de Circulação de Mercadorias-ICM, originados de infrações, atrasos e outros. Por este motivo, 20% de sua arrecadação, ou seja Cz\$ 1.786.824.025,00 pertence aos Municípios.

A previsão desse grupo, estimado em Cz\$ 11.777.217.325,00 apresenta os seguintes comparativos:

1. Crescimento de 202,89% sobre o Orçamento inicial revisto da 1987;
2. Participação de 1,76% do valor total das Receitas Correntes;

#### RECEITAS DE CAPITAL

Estimado em Cz\$ 56.959.276.002,00 para 1988, este grupo é constituído das seguintes fontes:

##### 1. Operações de Crédito:

Esta Fonte de Receita, com uma Estimativa de Cz\$ 56.892.274.502,00 para 1988, refere-se basicamente à colocação de obrigações do Tesouro do Estado (OTP), no mercado financeiro. As Estimativas das OTP's, no valor de Cz\$ 22.729.000.000,00 destinam-se exclusivamente ao "roll-over" da dívida existente.

Compõe, ainda, esta Fonte:

- Outras Oper. de Crédito Internas .....	Cz\$ 30.893.274.502,00
- Operações de Crédito Externas .....	Cz\$ 3.270.000.000,00

2. Alienação de Bens .....	Cz\$ 600,00
3. Amortização de Empréstimos .....	Cz\$ 400,00
4. Transferências de Capital .....	Cz\$ 67.000.400,00

#### PROGRAMAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO

##### 1 - LEGISLATIVA

O Poder Legislativo conta com destinação de recursos fixados constitucionalmente em 1,1% da quota-parte da arrecadação que cabe ao Estado no Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Para a função Legislativa estão previstos, em 1988, Cz\$ 4,7 bilhões, dos quais, Cz\$ 3,1 bilhões destinados à Assembleia Legislativa, com o fim de garantir aos representantes do povo as condições materiais para o desenvolvimento das funções parlamentares. Os recursos destinam-se, também, à continuidade das obras no Palácio 9 de Julho.

Ao Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, estão previstos Cz\$ 1,6 bilhão para exercer a fiscalização e controle das atividades orçamentárias e financeiras do Estado, e dar continuidade a obras no prédio recém adquirido.

##### 2 - JUDICIÁRIA

Para 1988 estão previstos recursos da ordem de Cz\$ 53,5 bilhões.

O montante mínimo da dotação anual destinado ao Poder Judiciário é fixado constitucionalmente em 3% da quota-parte da arrecadação que cabe ao Estado no Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Para 1988, essa dotação monta a Cz\$ 14,5 bilhões e destina-se aos Tribunais de Justiça, Alçada Criminal, Justiça Militar e de Alçada Civil.

Ao Ministério Público, incluído nesta função estão, alocados Cz\$ 6,0 bilhões para defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade.

Estão destacados, nesta função, Cz\$ 13,9 bilhões na Administração Geral do Estado-AGE, para o atendimento de ações indenizatórias.

Para a Secretaria da Justiça, que desempenha importante atividade na área de segurança pública, estão alocados no orçamento de 1988 recursos da ordem de Cz\$ 19,0 bilhões.

Entre os principais projetos com recursos programados para execução, destacam-se o início, ampliação e reformas de diversos estabelecimentos penitenciários; continuidade das obras de construção das Penitenciárias de Guarulhos (528 vagas), Presidente Bernardes (528 vagas) e da Cadeia Pública de Presidente Prudente (360 vagas); a conclusão da Unidade Feminina do Manicômio Judiciário de Franco da Rocha (70 vagas) e de 2 pavilhões de celas coletivas na Penitenciária Feminina da Capital (128 vagas).

De grande importância para o programa deste Governo é a execução do Plano de Construção de 11 Complexos Penitenciários e 5 outros estabelecimentos, visando atender às necessidades do Sistema Penitenciário.

A implementação do Plano prevê a ampliação da capacidade do Sistema em 13.588 novas vagas, além de outras 1.584 que estarão criadas, em 1988, com o término do presídio Regional de Tremembé e de Mongaguá.

##### 3 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

A maior parte dos recursos destinados a esta função, que totaliza Cz\$ 199,8 bilhões, cobrirá os encargos decorrentes da Administração Geral do Estado. A transferência obrigatória da quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) aos municípios é de Cz\$ 110,0 bilhões; e os encargos gerais da dívida interna e externa atingem Cz\$ 46,7 bilhões, representados por amortizações e juros de compromissos assumidos em anos anteriores.

Excluído o valor correspondente à Administração Geral do Estado, o saldo da função será aplicado nas ações específicas de administração e planejamento. Nelas incluem-se, primordialmente, as atividades inerentes aos órgãos de administração financeira e tributária, planejamento governamental, regional, inclusive metropolitano, além dos programas das Secretarias da Administração Interior, Ação Comunitária, Defesa do Consumidor, do Governo e do Gabinete do Governador.

A Reforma Administrativa, prioridade desse Governo, como instrumento de mudança do perfil e desempenho da Administração Estadual, mereceu especial destaque, tendo sido destinado Cz\$ 236,5 milhões para sua implementação.

Nesta função, estão incluídas também as transferências destinadas ao IPT-Instituto de Pesquisas Tecnológicas, como apoio ao seu programa de pesquisa aplicada ao desenvolvimento tecnológico na indústria; e os recursos para a FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, à qual, constitucionalmente, é destinada uma dotação mínima de 0,5% da receita dos impostos do Estado.

##### 4 - AGRICULTURA

Para esta função, que abrange as ações nas áreas da Agricultura, Abastecimento e Proteção do Meio Ambiente estão previstas aplicações da ordem de Cz\$ 9,9 bilhões.

A expansão da produção agropecuária, sobretudo na área de alimentos, pela elevação da produtividade, racionalização dos fluxos de comercialização e melhoria do abastecimento alimentar das camadas de baixa renda, são os principais objetivos do governo no desempenho desta função.

Além desses, constitui preocupação constante o aumento da capacidade de sustentação econômica dos pequenos produtores rurais e do mercado de emprego do setor agrícola.

Os programas prioritários da Secretaria da Agricultura para 1988 são: a renovação da lavoura cafeeira, a promoção da pecuária de leite, o zoneamento agrícola, o aperfeiçoamento da mão-de-obra rural e a produção de alimentos básicos.

O Programa de Desenvolvimento e Melhoria da Infraestrutura de Apoio ao Setor Agrícola contará com substanciais recursos no orçamento do próximo exercício, visando atender as seguintes prioridades:

- Armazenagem a nível municipal e regional, com a assinatura de convênios e repasse de verbas, possibilitando a construção de pequenos armazéns, de forma descentralizada;

- Construção de matadouros municipais, visando a melhoria das condições sanitárias do abate;

- Programa de Micro-Bacias abrangendo, Irrigação, Recuperação de Várzeas e Conservação do Solo.

Ainda neste programa, com o objetivo de atender às necessidades das pequenas comunidades rurais, são destinados recursos para Casas da Agricultura Modulares, recintos de exposição e pequenas obras locais.

Tendo em vista seu papel basilar, e Pesquisa Agropecuária foi contemplada com recursos para manter e desenvolver a capacitação técnica dos órgãos que a executam, combinando-os com a modernização dos laboratórios através de recursos de financiamento.

A consolidação da política de sementes e equipamentos especiais para o sistema de difusão da assistência técnica integral também receberão recursos orçamentários e de financiamento, possibilitando ampliar seus efeitos a nível estadual.

A função Abastecimento é atualmente objeto de ação da Secretaria do Abastecimento, à qual vincula-se a CEAGESP cuja plena capacidade operacional deverá ser recuperada através da aplicação dos recursos deste orçamento.

Ainda no âmbito do Abastecimento estão previstos programas especiais para aumentar o consumo alimentar da população de baixa renda, através da comercialização, a preço de custo, de cestas básicas de alimentos, tendo por meta a distribuição de 35.000 cestas no 5º mês do programa. Prevê-se também a distribuição de 10.000 litros/dia de leite de soja durante seis meses por ano.

A execução da política fundiária está a cargo da Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF), com o objetivo primordial de implantar, no âmbito do Estado de São Paulo, o programa de reforma agrária.

Por constituir área com problemas específicos, a SEAF desenvolverá ações na região do Vale do Ribeira, objetivando o cadastramento, atendimento jurídico e a regularização fundiária, aplicando recursos do orçamento estadual no cadastro documental de 250.000 ha.

Visando reverter as tendências de evolução da degradação ambiental, criou-se a Secretaria do Meio Ambiente, que passou a coordenar um conjunto de programas nas áreas de melhoria e recuperação do ambiente, preservação ecológica, planejamento ambiental e mobilização, educação e pesquisa básica e tecnologia.

Os projetos priorizados no Orçamento dentro do programa de implantação de áreas de preservação, são: a construção de Bases de Apoio e Postos Avançados para a fiscalização do Parque Estadual do Alto do Ribeira-PETAR; o apoio à preservação da cultura indígena através do projeto GUARANI e as obras de apoio para o Núcleo Pinguaba, de alto valor ecológico, na área do Parque Estadual da Serra do Mar. Prevê-se também a instalação de base de apoio no Parque Estadual do Quilombo, obras complementares ao pólo de desenvolvimento da Ostricultura, e postos de fiscalização em dez pontos da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

A produção de mudas para reflorestamento, o apoio ao desenvolvimento da piscicultura a experimentação e produção nos Institutos de Pesquisa também estão com previsão de recursos para seus projetos.

##### 5 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Esta função constitui prioridade para a ação do Governo do Estado, com o objetivo de reduzir os altos índices de criminalidade através de ações firmes e determinadas de policiamento preventivo e ostensivo.

Para o orçamento de 1988 estão previstos recursos totais da ordem de Cz\$ 53,6 bilhões, para esta função, correspondendo a 7,4% do total.

A Secretaria da Segurança Pública dará, no exercício, em continuidade ao programa de obras em Delegacias de Polícia e outras unidades policiais, atingindo aproximadamente 90 unidades no Interior e na Região Metropolitana de São Paulo.

Será também dado prosseguimento ao Plano de Duplicação de Distritos Policiais na Região Metropolitana de São Paulo, que possibilitará a criação de 53 novos Distritos Policiais.

Para o aperfeiçoamento dos serviços policiais prestados à população estão destinados recursos para aquisição de 750 veículos atendendo parte das necessidades do Plano Quadrienal 1987/1990 (o qual visa reequipar a Polícia Civil no exercício do policiamento da Capital e Interior) com respectivos gastos adicionais em combustíveis e manutenção.

Para o Corpo de Bombeiros está prevista a aquisição de complementação parcial de equipamentos para atender a Capital e o Litoral Paulista.

Serão também adquiridos veículos para o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), para atendimento da Capital e Interior.

Para o equipar a Delegacia Geral de Polícia, serão instaladas 100 linhas telefônicas e mobiliários para atender às necessidades da Capital e do Interior, notadamente para unidades policiais recém-criadas.

Ainda no DETRAN, está prevista a ampliação do PABX devido à insuficiência de linhas e ramais e aquisição de mobiliário para suprir as necessidades da Capital e das 24 CIRETRANS do Interior que abrangem 571 municípios.

No âmbito da Polícia Militar, visando o reforço do policiamento ostensivo, será implantado o radiopatrulhamento padrão, que deverá alterar, substancialmente a eficácia do sistema, incluindo a compra de veículos, acessórios, equipamentos e outros, principalmente de telecomunicações.

##### 6 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A descentralização das ações governamentais e promoção do desenvolvimento a nível regional constituem prioridades do atual Governo e o Orçamento de 1988 prevê a aplicação nesta função de recursos da ordem de Cz\$ 5,0 bilhões.

A Secretaria do Interior que se dedica a prestar assistência aos municípios em assuntos de natureza financeira e administrativa, desenvolverá o "PAM-Programa de Apoio aos Municípios", principalmente para os mais carentes de recursos.

A Secretaria de Economia e Planejamento, por meio da Coordenadoria de Ação Regional-CAR, recebeu a atribuição de atuar através da rede dos 42 Escritórios Regionais, visando o fortalecimento do desenvolvimento regional identificando e apoiando o atendimento das necessidades prioritárias, seja a nível municipal ou inter-municipal.

Fazem parte desta programação o fortalecimento das cidades de porte médio e o desenvolvimento do Plano Cartográfico do Estado.

Ainda nesta função inclui-se a construção de pontes metálicas de grande porte, de interesse regional, pela Secretaria de Transportes.

##### 7 - EDUCAÇÃO E CULTURA

Esta função é exercida pelas Secretarias da Educação, da Cultura, de Esportes e Turismo e pelas Universidades. No total dos recursos disponíveis para o orçamento estadual esta função absorve cerca de 21,8%, ou seja, Cz\$ 157,9 bilhões.

Considerando-se as aplicações específicas: na esfera educacional, o orçamento prevê a aplicação de recursos da ordem de Cz\$ 153,8 bilhões. Comparando à receita dos impostos do Estado este valor atinge 30,6%, acima portanto, da obrigatoriedade constitucional, que prevê 25%.

O orçamento prevê recursos para a manutenção, ampliação e melhoria do ensino básico, da primeira à oitava série. A diretriz do atual Governo com relação a este setor é de recuperar a qualidade do ensino público, possibilitando o acesso das camadas de renda baixa e média a um padrão de ensino mais elevado. Atualmente, são atendidas 90.351 crianças no ensino pré-escolar e 4.112.026 nas 8 primeiras séries. Com a expansão prevista, em 1988, serão atendidas 4.345.221 crianças na rede pública estadual de ensino de primeiro grau.

Diversas medidas de importância estratégica para a melhoria da qualidade do ensino serão tomadas, com recursos a serem aplicados em 1988:

- Implantação de 52 centros de equipamentos e recursos áudio- visuais;
- Implantação de 129 oficinas pedagógicas; e
- mobiliário e equipamento para 5.754 escolas.

Outra medida, de caráter administrativo, porém com efeitos positivos na eficiência do sistema, foi a descentralização das decisões de despesa para as Delegacias de Ensino, facilitando o gerenciamento do ensino a nível local, tendo sido criadas 39 novas unidades de despesa na Região Metropolitana da Grande São Paulo e 90 no Interior, para cuja implantação estão previstos recursos no presente orçamento.

No campo pedagógico prevê-se a instalação de 30 Centros de Formação de Professores para as quatro primeiras séries e, também, a atuação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, com atividades na área do desenvolvimento de recursos humanos e de difusão do livro escolar, de difusão e apoio à leitura, elaboração de material instrucional de apoio pedagógico utilizando novas tecnologias e informática educacional.

No ensino de segundo grau está prevista a ampliação do atendimento, criando-se cerca de 32.000 novas vagas, melhorando e substituindo o equipamento de 1.340 escolas.

O PROFIC-Programa de Formação Integral da Criança constitui um esforço para a adequação da rede escolar de faixas de clientela que